

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL

NAJLA CRISTINA CARDOSO EL GHOZ

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO E FLORESTAL DO CHILE  
E DO BRASIL

CURITIBA  
2015

NAJLA CRISTINA CARDODO EL GHOZ

CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO E FLORESTAL DO CHILE E  
DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Engenharia  
Florestal, Setor de Ciências Agrárias,  
Universidade Federal do Paraná, como  
requisito para obtenção do título de  
Engenheiro Florestal.

Supervisor do Estágio: Prof. Dr. Romano  
Timofeiczuk Junior

CURITIBA  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Curso de Engenharia Florestal, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu coordenador Prof. Umberto Klock, pelo apoio recebido.

Aos Professores Alessandro Camargo Ângelo, Daniela Biondi Batista e Ricardo Jorge Klitzke, pelas importantes contribuições que me deram durante os anos em que estive na universidade e por cada ensinamento e experiência que me proporcionaram durante o período em que trabalhamos juntos.

Aos colegas de turma, por estarem sempre prontos a ajudar nos momentos difíceis, principalmente Jacqueline Araujo, Lia Toiosima Yoshizumi, Thaís da Silva Reis Prado e Taíse Victorazzi.

A Ana Letícia Martinez, por ter cedido sua paciência e seu tempo colaborando na coleta e compilação dos dados.

Aos meus pais Nilva Cardoso El Ghaz e Eid Kamel El Ghaz Júnior e minha irmã Hana Beatriz Cardoso El Ghaz, por me possibilitarem as condições necessárias para finalizar o curso de Engenharia Florestal e por estarem sempre presentes em cada momento fácil ou difícil mesmo morando a 450 km de distância. A Edi Born, por me acalmar, acompanhar e dar força, por ser um ótimo companheiro.

O agradecimento especial ao meu supervisor de estágio, Romano Timofeiczuk Junior, que sempre esteve presente no processo de elaboração deste trabalho, nos bons e maus momentos.

## RESUMO

Frente ao setor florestal, o Brasil e o Chile se destacam na América Latina. Os dois países se mostram muito competitivos quando se refere a produção de derivados de povoamentos florestais. Com o objetivo de analisar o cenário econômico e florestal destes dois países para fomentar e subsidiar a tomada de decisão de investidores de capital estrangeiro elaborou-se uma análise temporal dos indicadores econômicos (Índice de inflação, Taxa de câmbio, Taxa de desemprego, Risco país, Taxa de juros e Produto Interno Bruto) e indicadores florestais (Consumo e produção de celulose, painéis e chapas, madeira serrada e papel, área de plantio anual, Incremento Médio Anual, regimes de manejo, exportações de produtos florestais, uso do solo e políticas de incentivo) entre os países. Os dados foram coletados do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central do Chile (BCC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (BCB), Anuário ABRAF e Anuário INFLO. Ao longo dos resultados pode-se perceber que no Chile as oscilações dos indicadores macro econômicos são mais suaves e as estratégias de governo planejadas a longo prazo. Além de abertura comercial e livre fluxo de investimento internacional, possui um grande histórico de incentivos e investimentos no setor florestal e um mercado bem estabelecido, juntamente com boa infraestrutura. Em contrapartida o país possui pequena extensão territorial e está começando um processo de escassez de áreas disponíveis para plantio florestal além da proibição posse de terras por investidores estrangeiros. Já o Brasil possui duas grandes vantagens, a extensa área territorial e uma produtividade muito elevada das espécies florestais cultivadas. Se encontra em crescimento no setor de construção civil e outros setores aumentando a demanda interna de madeira. Além de possuir tecnologia de ponta e constantes avanços na área de silvicultura. Os maiores freios do país para estes investimentos são o custo Brasil, que passa a ser muito alto devido a diversos fatores, entre eles os impostos e a atual política de governo e suas intervenções na economia. O Brasil ainda enfrenta escândalos de corrupção e oscilações maiores nos indicadores macroeconômicos.

Palavras-chave: Brasil; Chile; Economia; Setor Florestal.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	7
<b>2.1 Objetivo Geral</b> .....	7
<b>2.2 Objetivos específicos</b> .....	7
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	8
<b>3.1 Chile</b> .....	8
3.1.1 Descrição geográfica.....	8
3.1.2 Economia chilena .....	8
3.1.3 Cenário político .....	9
3.1.4 Área florestal .....	9
<b>3.2 Brasil</b> .....	10
3.2.1 Descrição .....	10
3.2.2 Economia brasileira.....	11
3.2.3 Cenário político .....	12
3.2.4 Área florestal .....	12
<b>3.3 Indicadores econômicos</b> .....	13
3.3.1 Inflação.....	13
3.3.2 Taxa de desemprego.....	14
3.3.3 Taxa de câmbio e regime cambial.....	15
3.3.4 Risco País .....	16
3.3.5 Produto Interno Bruto .....	16
3.3.6 Taxa de juros.....	17
<b>3.4 Cenário econômico mundial</b> .....	18
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	20
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	23
<b>5.1 Comparação das economias</b> .....	23
<b>5.2 Comparação dos dados florestais</b> .....	29
<b>6 CONCLUSÕES</b> .....	39
<b>7 RECOMENDAÇÕES</b> .....	41
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	42

## **1 INTRODUÇÃO**

A economia de um país é o seu pilar de sustentação, regula a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários a sobrevivência. Com o setor florestal não poderia ser diferente, sua interferência é primordial e inevitável.

Atualmente alguns índices base da economia de um país permitem analisar a sua situação perante o cenário mundial e local, e estes índices também refletem as tomadas de decisões estratégicas e políticas do país, bem como a sua produção industrial e mercado.

Frente ao setor florestal, o Brasil e o Chile se destacam na América Latina. Os dois países se mostram muito competitivos quando se refere a produção de derivados de povoamentos florestais. Da mesma maneira a demanda por produtos sustentáveis e energia renovável mantém-se crescente, o que tem despertado o interesse de investidores no setor.

O Chile apresenta atualmente uma das economias mais estáveis e bem estruturadas da América Latina. O Brasil representa uma das maiores economias mundiais em desenvolvimento.

Com a finalidade de fomentar e subsidiar a tomada de decisão de investidores de capital estrangeiro foi elaborado uma análise temporal dos índices econômicos e florestais para entender melhor as interações econômicas e as respostas históricas de setor entre os dois países (Chile e Brasil), criando assim uma visão mais clara do cenário, das possibilidades e dos riscos.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

O objetivo deste trabalho foi analisar o cenário econômico e florestal do Brasil e do Chile para subsidiar a tomada de decisão de investidores de capital estrangeiro.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Contextualizar o cenário econômico e florestal do Brasil
- Contextualizar o cenário econômico e florestal do Chile
- Comparar os indicadores macro econômicos e florestais do Chile vis a vis com o Brasil

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Chile

##### 3.1.1 Descrição geográfica

Segundo Pena (2014) o Chile é um país localizado na costa oeste da América do sul, com distribuição de área verticalmente (Figura1). Possui uma extensão territorial de 756.945 milhões de km<sup>2</sup> e sua área ocupa uma zona de instabilidade estrutural, onde convergem as placas tectônicas Nazca e Sul-Americana que ocasionam fortes terremotos a cada 10 anos. Conforme o Fundo Monetário Internacional (2010) existem hoje 17,2 milhões de habitantes no país. Sua capital é Santiago. O país é dividido em nove regiões geográficas e possui um clima muito diversificado por conter o deserto do Atacama e a cordilheira dos Andes (IGM, 2007).



FIGURA 1. AMÉRICA DO SUL - CHILE  
FONTE: O autor (2014)

##### 3.1.2 Economia chilena

O Chile mantém uma economia estável, com elevado crescimento econômico e desenvolvimento social. A economia chilena apresentou altas

taxas de crescimento econômico, ao longo das últimas décadas, próxima dos 5% anuais em média (MACHADO, 2012).

Segundo o Ministério das Relações exteriores (DRE) e a Divisão de Inteligência Comercial (DIC) (2014) o Chile exporta principalmente cobre, minérios, frutas, madeira e derivados. Entretanto, nos últimos anos tem exportado também combustíveis, máquinas mecânicas e automóveis.

O país foi classificado nos últimos anos pelo Banco Mundial como país de alta renda (PIB per capita igual ou maior que \$ 12.746 dólares).

### 3.1.3 Cenário político

Hoje comandado pela presidente Michelle Bachelet, o país vem mantendo uma política de redução de tarifas e de eliminação de barreiras comerciais. Graças à política de livre comércio, o Chile assinou tratados com parceiros importantes, tais como: Nafta, União Européia, Mercosul, China, EFTA, P4, Índia, Japão, Coréia do Sul, entre outros. O Chile é o país com maior número de tratados de livre comércio assinados com áreas econômicas que representam 90% da população mundial. (PACIEVITCH, s.d.). A estratégia de integração chilena teve como base a busca por acordos bilaterais com países da região e de fora desta (SAÉZ; VALDÉS, 1999).

### 3.1.4 Área florestal

Durante a ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990) o desenvolvimento florestal foi um dos mais notórios processos de modelo econômico implementado. Este foi baseado nas privatizações realizadas no sistema e os subsídios que o próprio Estado fez para desenvolver o que hoje é a segunda atividade mais importante da economia chilena. (CORNEJO,2003)

Segundo a Fundação para a Inovação Agrária do Ministério de agricultura do Chile (2000), as plantações com fins madeireiros se estendem desde a região de Valparaíso até a região de Aysen, e se concentram na região do Bio-Bio. Com uma grande expansão nos últimos 10 anos, apresentam-se as regiões de Los Lagos e Araucania.

Como mostram os dados do Anuário florestal de 2013 do Instituto Florestal (INFOR) as espécies mais plantadas são *Pinus Radiata* (Dougl.ex Loud.), *Eucalyptus Globulus* (Labill.) e *Eucalyptus nitens* (Deane & Maiden) Maiden

As maiores empresas florestais e mais expressivas no país são CMPC, Arauco, Masisa, Mininco, Madeira Corporation.

Dados do inventário florestal contínuo realizados pela INFOR (2013) apontam que no país 3,2% da área corresponde a plantações florestais, 17,4% é composta por bosques nativos e 19,3% englobam áreas silvestres protegidas.

## **3.2 Brasil**

### **3.2.1 Descrição**

O Brasil caracteriza-se como um país localizado no costa leste da América do Sul (Figura 2), com extensão de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, divididos em 27 estados e o Distrito Federal, possui 201.032.714 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Considerado o 5º maior país do mundo em extensão territorial, tem sua capital na cidade de Brasília (KLERING, 2014).

O Brasil, apresenta um complexo mostruário das principais paisagens e ecologias do planeta e um clima extremamente diversificado. Conforme o IBGE, o país possui nove biomas diferentes: Caatinga, Campos, Cerrado, Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Mata de Araucária, Mata de Cocais, Pantanal, Zonas Litorâneas (FRANCISCO, 2012).



FIGURA 2. AMÉRICA DO SUL - BRASIL  
FONTE: O autor (2014)

### 3.2.2 Economia brasileira

O Brasil atravessou uma fase de desnacionalização e abertura de sua economia no início da década de 1990, comandados pelo então presidente Fernando Collor de Mello. No período correspondente aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva, o Brasil realmente definiu uma posição privilegiada no cenário político mundial (SILVA, 2012). O mesmo autor diz que a estabilidade econômica iniciada pelo governo de Fernando Henrique, juntamente com as melhorias sociais e a maior credibilidade internacional conquistada pelo governo Lula, não encerraram as desigualdades existentes no país ou mesmo modernizaram plenamente a nossa estrutura produtiva, mas apontaram novos rumos para uma nação.

Staliel (2012) afirma que nas últimas décadas, a estabilidade econômica fez com que o Brasil fosse um dos países que mais subissem no ranking das maiores economias mundiais. Em meio à crise que atingiu as nações europeias, o país ultrapassou a Itália e se tornou a sétima maior economia em 2010, que segundo o FMI (2014) ainda se mantém nesta posição.

O país é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente *commodities* minerais, agrícolas e manufaturados (ALBUQUERQUE, 2012).

Gonçalez (2014) afirma que o risco para a economia brasileira neste ano é inevitável. Justifica sua afirmativa com o baixo crescimento do PIB em 2013 e as altas da inflação, a expressiva deterioração das contas públicas. Menciona também o cenário pessimista da economia mundial, a qual ainda se recupera da crise de 2008.

Petrassi e Martins (2013) também afirmam que 2013 foi um ano extremamente complicado para a economia brasileira. A combinação de inflação insistentemente acima do centro da meta, atividade econômica fraca, política fiscal expansionista e juros ascendentes formaram o plano de fundo para a situação atual. Os juros subiram e os ativos financeiros tiveram forte queda.

### 3.2.3 Cenário político

O país passa por um período instável na economia devido as expectativas perante as decisões que serão tomadas após a reeleição do atual governo. Albornas (2013) afirma que o Brasil sempre foi um país importante no que diz respeito às relações internacionais e ao fornecimento de matéria-prima. Nos dias atuais estas foram mais valorizadas e subsidiaram o crescimento econômico do país. Considera lamentável que nosso país ainda conviva numa triste realidade, onde se vê a miséria e a carência em vários setores sociais e alerta para falta de investimento em políticas públicas.

Segundo James Mackintosh (2015) o Brasil sofre com graves problemas econômicos e políticos o que pode ocasionar uma nota de crédito rebaixada. Muitas políticas mau aplicadas e o atual escândalo de corrupção da Petrobrás podem ocasionaram o cenário atual. Ele também afirma que as dificuldades são parte de uma reversão ampla dos motivos que estavam incentivando os investidores a irem para os mercados emergentes até alguns anos atrás.

### 3.2.4 Área florestal

O Brasil apresenta grande competitividade no mercado de produtos florestais, em razão de suas características edafoclimáticas (solo e clima) e do

desenvolvimento tecnológico obtido na área de silvicultura (JUVENAL; MATOS; 2002).

O país, desenvolveu tecnologia avançada para a exploração de florestas e para a transformação industrial da madeira. Situa-se hoje entre os 10 maiores países em plantios florestais do mundo (BRACELPA; 2014).

O crescimento da atividade florestal no País, contudo, encontra-se ameaçado pelo pequeno nível de investimentos na formação de florestas (JUVENAL; MATOS; 2002).

A questão florestal no Brasil, em geral, é abordada parcialmente, através dos diversos setores que utilizam a madeira como insumo principal, ou sob a perspectiva ambiental. A maior destinação das florestas plantadas no Brasil resultam na produção de celulose e papel e impulsionam o mercado florestal brasileiro (ABRAF, 2013).

As florestas públicas são compostas por florestas nativas, correspondentes a 98% da cobertura florestal. Constituem uma importante fonte de geração de renda e de empregos, se exploradas de forma sustentável. O Brasil possui a segunda maior cobertura florestal do mundo (JUVENAL; MATOS; 2002).

Dados do Serviço Florestal Brasileiro (2014) apontam que os principais gêneros plantados no Brasil são *Pinus* e *Eucalyptus*, com maior ênfase em desenvolvimento de clones e tecnologias para as diversas espécies principalmente de *Eucalyptus*. O órgão também aponta a existência de plantios comerciais ainda em menor escala de outras espécies, como Acácia (*Acacia mearnsii* (Wild.)), Seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.)), Teca (*Tectona grandis* (L. f.)), Paricá (*Schizolobium amazonicum* Huber ex Ducke), Araucária (*Araucaria angustifolia* (Bert.)) e Álamo (*Populus* sp.).

### **3.3 Indicadores econômicos**

#### **3.3.1 Inflação**

A taxa de inflação, por definição, é igual a diferença entre a taxa de crescimento da oferta de moeda e a taxa de crescimento da quantidade real demandada de moeda. (BARBOSA, 1984)

A taxa de inflação é o aumento geral no nível de preços. É a média do crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um determinado período. (ROSSI, 2013) de uma determinada economia (MARÇAL, 2013). Esta tem que ser generalizada e persistente (SCHWARTSMAN, 2013).

Medida com base em índices, como o IPCA, que ponderam os bens e serviços mais importantes para a população e medem o crescimento desses preços (ROSSI, 2013).

Há diversos índices que são utilizados para medir a inflação, cada um com metodologia de cálculo própria e com utilização específica (MOREIRA, 2010).

A inflação é medida por métodos econométricos. De forma simplificada: é a média aritmética ponderada das variações de preço ao longo de um período, em que cada produto tem um peso a depender de sua importância econômica. □

Quando a inflação é superior ao aumento de salários, por exemplo, há perda de poder de compra da população assalariada (CARMO, 2013).

Se os preços de um produto qualquer sobem, há incentivo para famílias reduzirem o seu consumo e para fabricantes aumentarem sua produção, corrigindo eventuais desequilíbrios. (SCHWARTSMAN, 2013).

Silber (2013) afirma que a causa da inflação é o excesso de demanda – quando tem muita gente querendo comprar e não tem produção na mesma intensidade, o choque de oferta ou ainda distúrbio políticos.

### 3.3.2 Taxa de desemprego

A taxa de desemprego fornece indicações importantes sobre a probabilidade de sucesso de encontrar emprego por parte daqueles que agora entram no mercado de trabalho (GOMES, 2012).

De acordo com Milani (2000) o cálculo da taxa de desemprego é constituído pela divisão do número de desempregados pelo número de pessoas que fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA), que é composta de empregados e pessoas que estão procurando emprego. Não fazem parte da PEA os aposentados, pensionistas, estudantes, donas de casa, detentos e os inativos (aqueles que não trabalham nem buscam emprego).

### 3.3.3 Taxa de câmbio e regime cambial

A taxa de câmbio é expressa em unidades de uma moeda em relação a unidade de outra. Se a quantidade de unidades de determinada moeda necessárias para se adquirir uma outra moeda aumentar, diz-se que essa moeda se desvalorizou ou se depreciou em relação à outra; caso essa quantidade se reduza, diz-se que a moeda apreciou ou valorizou em relação à outra (MAZZI, 2013).

A variação da taxa de câmbio pode ser influenciada por fatores domésticos, como a posição das reservas cambiais, a situação do balanço de pagamentos, a condução da política econômica etc. Fatores externos também podem interferir na taxa de câmbio, como a evolução das taxas de juro internacionais comparativamente às taxas de juros domésticas, pois podem determinar o fluxo de moeda dos investidores (PINTO, 2007).

A política monetária depende do regime cambial adotado pelo país. Existem dois tipos de regimes: o de câmbio fixo e o regime de câmbio flutuante. No regime de câmbio fixo o banco central fixa a taxa de câmbio, comprando e vendendo a moeda estrangeira a um preço estipulado previamente. No regime de câmbio flutuante, o banco central deixa que o mercado de câmbio estabeleça o preço da moeda estrangeira (BARBOSA, 2002).

O mercado futuro de câmbio é utilizado como importante ferramenta para o gerenciamento de risco de empresas envolvidas com atividades que requerem operações cambiais (PINTO, 2007).

### 3.3.4 Risco País

Segundo o Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais do Banco Central do Brasil (2014) o Risco-País é um conceito que busca expressar de forma objetiva o risco de crédito a que investidores estrangeiros estão submetidos quando investem no país. No mercado, o indicador diário mais utilizados para essa finalidade são o EMBI+Br.

Pode-se dizer que o risco-país é um conceito mais amplo do que o risco-soberano por se referir a todos o devedores de um país (governo + setor privado), enquanto que o risco-soberano diz respeito apenas à entidade governamental. Portanto, podemos dizer que existe uma relação de “co-sanguinidade” entre o risco-soberano e risco-país (YOSHIMOTO, 2004).

O EMBI+ (Emerging Markets Bond Index Plus), calculado pelo Banco J.P. Morgan Chase, é um índice ponderado que mede o retorno de instrumentos de dívida externa de mercados emergentes ativamente negociados. Para a maioria das carteiras, a data base (um número-índice igual a 100) é 31 de dezembro de 1993, quando foi iniciado o cálculo do EMBI+. O rendimento da carteira em determinado período corresponde à variação do índice entre a data inicial e a final (MARQUES, et al., 2014).

Yoshimoto (2004) afirma que o EMBI+ é um índice que reflete as oscilações dos preços dos Bradies Bonds (títulos da dívida renegociada emitidos no final da década de 80 e inícios dos anos 90).

### 3.3.5 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal medidor do crescimento econômico de uma região, seja ela uma cidade, um estado, um país ou mesmo um grupo de nações. Sua medida é feita a partir da soma do valor de todos os serviços e bens produzidos na região escolhida em um período determinado, a preços de mercado (CURY *et al.*, 2009).

Ele permite rapidamente avaliar o comportamento de uma economia nacional. (COIMBRA, 2003). Esse indicador só leva em conta para cálculo, os

bens e serviços finais, para não calcular o mesmo item mais de uma vez (IBGE, 2007).

O PIB nominal é valor calculado levando-se em conta os preços do ano corrente: ou seja, se houver inflação no período, ela será contabilizada no resultado final. Já o PIB real é medido com o preço fixado no ano anterior, tirando-se desse cálculo o efeito da inflação (CURY *et al.*, 2009).

Um dos fatores que influencia diretamente a variação do PIB é o consumo privado, ou seja, os gastos das famílias para a aquisição de bens ou serviços. Sendo assim, quanto mais as pessoas consomem, mais o PIB tende a crescer. Da mesma forma, uma queda no consumo pode limitar o crescimento, ou até mesmo levar o PIB a uma queda, dependendo também do comportamento de outros fatores. O consumo por sua vez também depende da renda das famílias e dos gastos do governo (MACHADO, 2008).

A balança comercial, os investimento e os gastos do governo também influenciam o PIB, uma vez que ao exportar produtos para o exterior há entrada de divisas para o país. Da mesma forma, ao importar produtos do exterior ocorre a saída de divisas do país e isso causa impactos no PIB e no crescimento da economia (IBGE, 2007).

### 3.3.6 Taxa de juros

A taxa de juros, no Brasil chamada de Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é uma espécie de teto para os juros pagos pelos bancos nos depósitos a prazo. A partir dela, os bancos também definem qual a taxa que vão cobrar de quem procura por empréstimos. Esta taxa é usada para operações de curtíssimo prazo entre os bancos, que, quando querem tomar recursos emprestados de outros bancos por um dia, oferecem títulos públicos como lastro, visando reduzir o risco, e, conseqüentemente, a remuneração da transação (BACEN, 2007) .

A meta da taxa Selic é definida em reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária). Esse comitê é um colegiado formado por diretores do Banco Central (com direito a voto), assessores e chefes de departamento da instituição. As decisões para alterações na taxa de juros são tomadas com o

objetivo de cumprir as metas de inflação, que são fixadas pelo próprio Banco Central. Se o Banco Central tem expectativas de que a inflação irá superar a meta, a tendência é que aconteça uma elevação na taxa de juros. (MACHADO, 2008)

Quando se fala da taxa de juro chileno, normalmente se refere à *Monetary Policy Rate* (MPR). A *monetary policy rate* (MPR), a taxa monetária de juro, é uma taxa de base e constitui o objetivo a alcançar em termos de juro para as transações interbancárias. Alterando a taxa de juro, o banco central do Chile influencia o valor da taxa de juro do mercado e, assim, a taxa de juro de produtos como empréstimos, hipotecas e poupanças (VALENÇA, 2009).

### **3.4 Cenário econômico mundial**

Um marco na economia mundial foi a crise de 2008, considerada a pior desde a Grande Depressão de 1929. Teve seu ápice no dia 15 de setembro, quando o banco Lehman Brothers, o quarto maior dos Estados Unidos, declarou à falência (BALIEIRO, 2013). Segundo o autor, este fato se iniciou quando os bancos americanos, ajudados pela falta de regulamentação no mercado financeiro, investiram mais do que deviam em hipotecas de alto risco, os chamados *subprimes*. Quando o preço dos imóveis começou a cair, as instituições não tinham dinheiro para cobrir duas dívidas, ocasionando o início do desmoronamento do mercado financeiro. Braga (2013) aponta que a falta de regulamentação dos mercados é perigosa, e a crise comprovou este fato.

Depois de uma rápida recuperação em 2010, o crescimento global tem desacelerado de forma consistente e deve alcançar um dos seus pontos mais baixos este ano. Além disso, o comércio mundial está estagnado. Segundo os índices, o crescimento trimestral do volume de comércio global anualizado em junho de 2013 foi de 1,25%, enquanto a média histórica é de 7,3% (MEIRELES, 2013).

Observa-se que a economia mundial atravessa uma fase de incertezas, apresentando sinais de que o processo de recuperação tenderá a ser longo e gradual. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2012), permanece elevada a chance de que restrições às quais hoje estão expostas

diversas economias maduras se prolonguem por um período de tempo maior do que era previsto anteriormente nas suas projeções.

O FMI também afirma que apesar da desaceleração da atividade econômica no fim de 2011 e dos fracos crescimentos projetados, os déficits fiscais da Zona do Euro devem começar a cair em 2012 e 2013. Segundo esta instituição, os déficits devem diminuir em virtude dos estímulos fiscais e das medidas de austeridades adotadas por estes países.

A economia americana segue um ritmo de crescimento moderado, com uma expectativa, para os próximos anos, de retorno, e talvez de melhoria, das condições de produção, consumo e emprego existentes no pré-crise de 2008. Um dos indicadores que mostram a possível evolução positiva da economia dos Estados Unidos é a trajetória declinante da taxa de desemprego. Além disso, deve-se salientar o aumento de renda com conseqüente melhora em indicadores de confiança dos consumidores e o aumento do consumo nacional (CAMPOS et. Al., 2013). Gonçalez (2014) também afirma que a esperança se concentra na economia norte americana mas alerta que não há consenso quanto a sustentabilidade deste crescimento.

Campos (2013) discorre a respeito das economias emergentes apontando a desaceleração no seu ritmo de crescimento econômico, apesar da manutenção da elevada demanda interna destes países. O autor exemplifica esta situação com países como a China e a Índia, que tiveram menores taxas de crescimento resultando do menor crescimento dos países desenvolvidos. Fato que pode ser credibilizado quando o economista Gonçalez (2014) afirma que a China não deverá concorrer, na margem, para a elevação do crescimento mundial.

Ainda sobre países emergentes Campos (2014) chama atenção para o incremento do papel de países como o Brasil no crescimento mundial, neste caso referente ao aumento de demanda de commodities e a exportação destes pelos países emergentes.

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa exploratória, através da revisão bibliográfica e análise interpretativa e descritiva de dados secundários, caracterizando o trabalho como teórico.

Os locais de abrangência do estudo são os países Chile e Brasil, ambos localizado na América do Sul, sendo este na costa leste e aquele na costa oeste do continente.

O Chile é considerado hoje um dos países mais desenvolvidos do continente. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) se enquadra na categoria de IDH muito elevado. O Brasil é o maior e mais populoso país da América do Sul e se enquadra na categoria de IDH elevado segundo a avaliação de 2013 da ONU.

Ambos os países são referências no setor florestal, o Brasil pelo rápido crescimento das espécies de base florestal e o Chile pela qualidade da madeira para fins de serraria.

A metodologia de desenvolvimento do trabalho foi executada com base nas etapas descritas a seguir:

- Análise da literatura focada em:
  - Conhecimento básico das regiões de estudo (Chile e Brasil)
  - Aprofundamento dos conceitos de indicadores econômicos
  - Entendimento macro da economia mundial
- Definição do horizonte temporal da análise
- Coleta dos dados
- Compilação e organização dos dados e índices obtidos
- Comparação dos indicadores econômicos e das realidades florestais de cada país

Foram selecionados 6 índices macro econômicos como representativos da realidade dos países analisados, sendo eles:

- Índice de inflação

- Taxa de câmbio
- Taxa de desemprego
- Risco país
- Taxa de juros
- Produto Interno Bruto

Estes foram definidos com base em documentos que relatam a economia a nível global.

O período de coleta dos dados iniciou-se em agosto de 2014 e foi finalizado em setembro do mesmo ano.

Os dados econômicos do Chile foram coletados no Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central do Chile (BCC). Os dados econômicos brasileiros foram coletados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) e Banco Central do Brasil (BCB).

O horizonte de análise foi definido como 9 anos, iniciando em 2003 e finalizando em 2012, devido ao início conciliado aos dados econômicos. O ano de 2013 não foi contabilizado pois até a data de coleta dos dados os Anuários ABRAF e INFOR com ano base 2013 ainda não haviam sido publicados.

Esta definição deu-se por conta da disponibilidade de dados e da abrangência de diferentes mudanças na economia as quais também estão relacionadas com as respostas do setor de base florestal neste período. Pode-se assim identificar as diferenças ou presença de sazonalidades e padrões.

Para caracterizar o cenário histórico florestal dos países analisados foram coletados os seguintes dados:

- Consumo e produção de celulose
- Consumo e produção de painéis e chapas
- Consumo e produção de madeira serrada
- Consumo e produção de papel
- Área de plantio anual
- Incremento Médio Anual e regimes de manejo
- Exportações de produtos florestais
- Uso do solo
- Políticas de incentivo

Os dados do setor florestal Brasileiro foram coletados do Manual Associação Brasileira de Florestas (ABRAF, 2013) e os dados referentes a parte florestal do Chile foram delimitados com base na plataforma do Instituto Florestal (INFOR, 2013), abrangendo anuários, boletins de preço, boletins de exportações e boletins de mercado. Os dados de Incremento Médio e Regimes de Manejo foram provenientes de diversos trabalhos científicos, referenciados ao longo dos resultados.

Tanto os dados econômicos como florestais foram compilados e conferidos para que estivessem na mesma base e pudessem resultar em uma comparação consistente. A única transformação realizada consistiu na divisão do volume de madeira serrada produzida e consumida no Chile por um índice de 0,56 para transformar os dados de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) para toneladas (t). Este índice foi aplicado com base na média da densidade básica da madeira de *Pinus radiata*.

Os resultados foram apresentados em duas partes, análise e comparação econômica entre os países, discorrendo a respeito de cada índice apresentado, enfatizando os acontecimentos mais relevantes para as mudanças significativas de cada um deles e análise e comparação florestal entre os países.

A análise dos resultados foi realizada através da elaboração e interpretação de gráficos e dos acontecimentos pertinentes a cada evento observado.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 Comparação das economias**

A inflação é uma variável central na economia, pois ela subsidia e baseia o banco central na orientação da política monetária. No caso do Brasil e Chile a taxa de juros é definida principalmente com base nos níveis de inflação.

Analisando historicamente a inflação destes dois países (Figura 3). percebe-se que ao longo dos últimos 10 anos o Brasil vem apresentando uma taxa de inflação mais alta que o Chile, exceto nos anos de 2007 e 2008, fato que pode ser explicado por Gonçalves (2008), relatando os efeitos da crise que se iniciou em meados de 2007. O autor enquadra o Chile no bloco de países que dependem fortemente da importação de petróleo e alimentos, portanto, foram afetados negativamente pela elevação dos preços internacionais que ocorram neste período, justificando as altas taxas de inflação. Em contrapartida o Brasil também sofreu a pressão inflacionaria, mas se beneficiou devido a maior demanda de produtos primários.

A deflação vivida pelo Chile no ano de 2009 foi decorrente a queda nos preços principalmente do setor de vestuário, alimentação e transporte. O declínio histórico dos preços aconteceu em meio à primeira recessão no país em uma década, devido à crise global.

Modenese e Modenese (2010) afirmam que a inflação no Brasil tem permanecido elevada ao longo de mais de 10 anos. O autor aponta para problemas existentes na transmissão da política monetária.

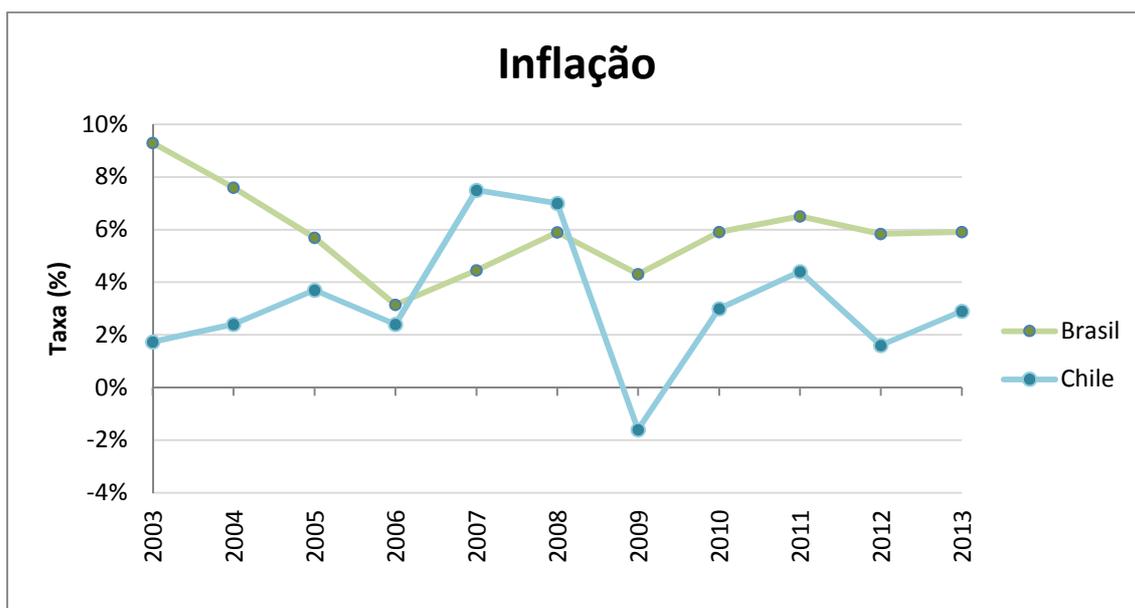


FIGURA 3. SÉRIE HISTÓRICA DE INFLAÇÃO  
 FONTE: IPEDATA (2014), IBGE (2014) e BCC (2014).  
 Elaboração: O autor

Outro fator preocupante a respeito dos índices econômicos brasileiros é a corrupção, que hoje caracteriza-se como um dos problemas endêmicos do país. No Ranking do índice de percepção da corrupção o Brasil ocupa a 72ª posição de 177 países. Já o Chile ocupa a 22ª posição, sendo considerado um país com governança forte, onde a corrupção não é um problema muito significativo (Transparency international, 2013).

A taxa de desemprego nos países de abrangência do estudo tem apresentado uma tendência de decréscimo ao longo dos 10 anos (Figura 4). O Chile teve um aumento abrupto no ano de 2009 que está relacionado à queda do PIB e à reestruturação da economia do país após a crise. A redução contínua da taxa de desemprego reflete o aumento do dinamismo do mercado nacional de trabalho, embora as incertezas no cenário de investimento de médio e longo prazo imponham desafios à manutenção desse panorama (ABRAF, 2013).

O Brasil tem adotado fortes medidas de combate ao desemprego ao longo dos últimos anos. Segundo Secchi (2002) algumas políticas públicas para este combate são: Programas de formação e qualificação profissional; Flexibilização das relações de trabalho; Redução da jornada de trabalho; Seguro desemprego.

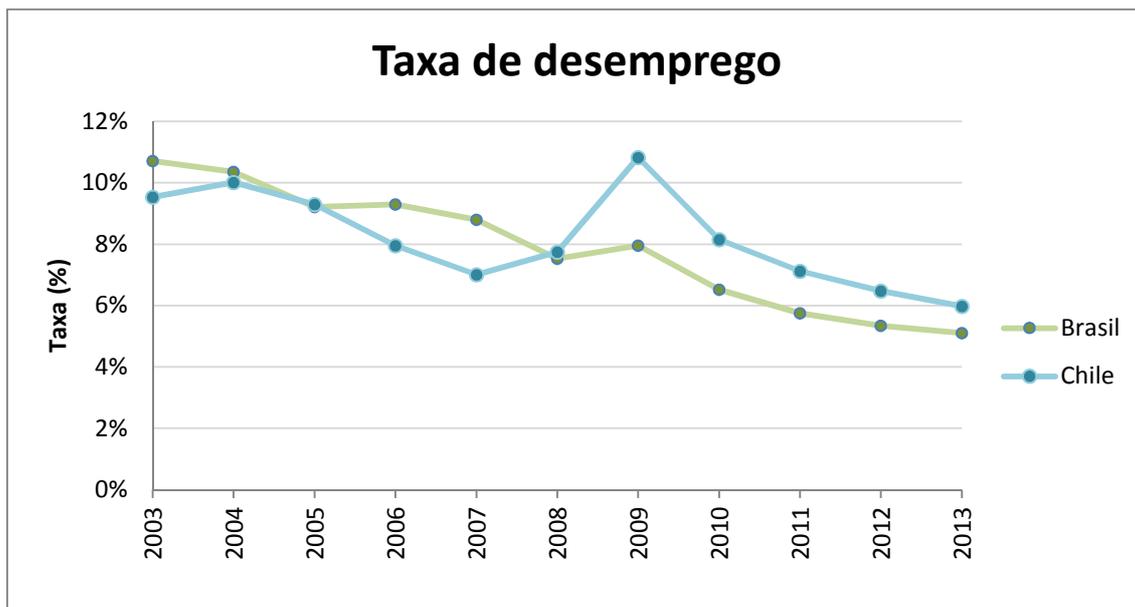


FIGURA 4. SÉRIE HISTÓRICA DA TAXA DE DESEMPREGO

FONTE: IPEA (2014) FMI (2014) e BCC (2014)

Elaboração: O autor

A taxa de câmbio é uma variável econômica fundamental por determinar o custo das importações e exportações, e conseqüentemente definir o país como credor (exportações > importações) ou devedor (importações > exportações). Atualmente o Dólar Americano (US) é adotada como moeda oficial perante a economia mundial.

A moeda oficial do Brasil é o Real (BRL) e do Chile é o Peso Chileno (CLP). Analisando a série histórica da taxa de câmbio do Chile e do Brasil (Figura 5) percebe-se uma tendência parecida frente às duas moedas. Pode-se visualizar uma valorização das moedas contínua até 2008, com uma curva mais atenuante referente a série do Chile, uma desvalorização significativa em ambos no ano de 2009 decorrentes da crise mundial frente a reação da economia e a conseqüente valorização do dólar. Analisando os três últimos anos o peso chileno permanece mais estável, com leve desvalorização da moeda e o real com uma desvalorização um pouco maior.

Wawrzeniak (2014) afirma que em períodos de crise, é comum que os governos adotem medidas para desvalorizar sua moeda e assim aumentar a competitividade dos produtos da economia.

O cenário de 2012, em conjunto com a recuperação do mercado internacional, favoreceu os resultados da exportação dos segmentos industriais do setor florestal brasileiro (ABRAF, 2013).

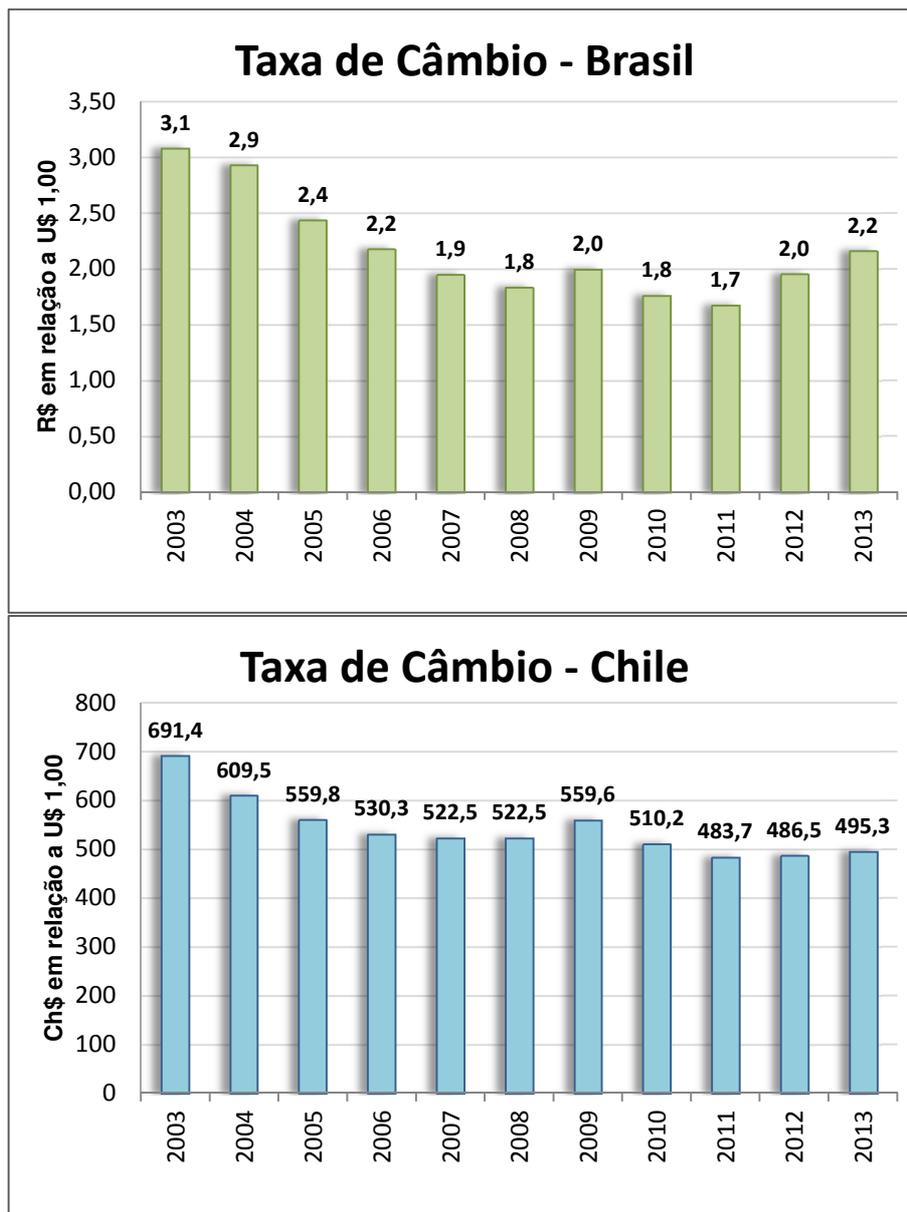


FIGURA 5. SÉRIE HISTÓRICA DA TAXA DE CÂMBIO  
 FONTE: IPEA (2014), BCB (2014) e FMI (2014)  
 Elaboração: O autor

Quando o indicador Risco País é analisado percebe-se que ao longo dos anos os índices Brasil e Chile vem se aproximando (Figura 6). Entre o final de 2002 e início de 2003 o Brasil apresentou um de seus maiores índices de risco país, e neste mesmo ano o dólar foi cotado em R\$ 3,10, como já foi apresentado na figura 4. De acordo com Sardenberg (2003) este fato foi apelidado de “Risco Lula” devido as incertezas frente as eleições presidenciais e as decisões que o novo governo assumiria, influenciando diretamente na

decisão dos investidores externos e provocando uma grande incerteza perante o futuro do país.

No cenário atual (2013) o risco país do Brasil ainda está 50 pontos superior, quando comparado ao Chile. Uma estabilidade deste índice nos últimos 4 nos dois países também pode ser observada claramente.

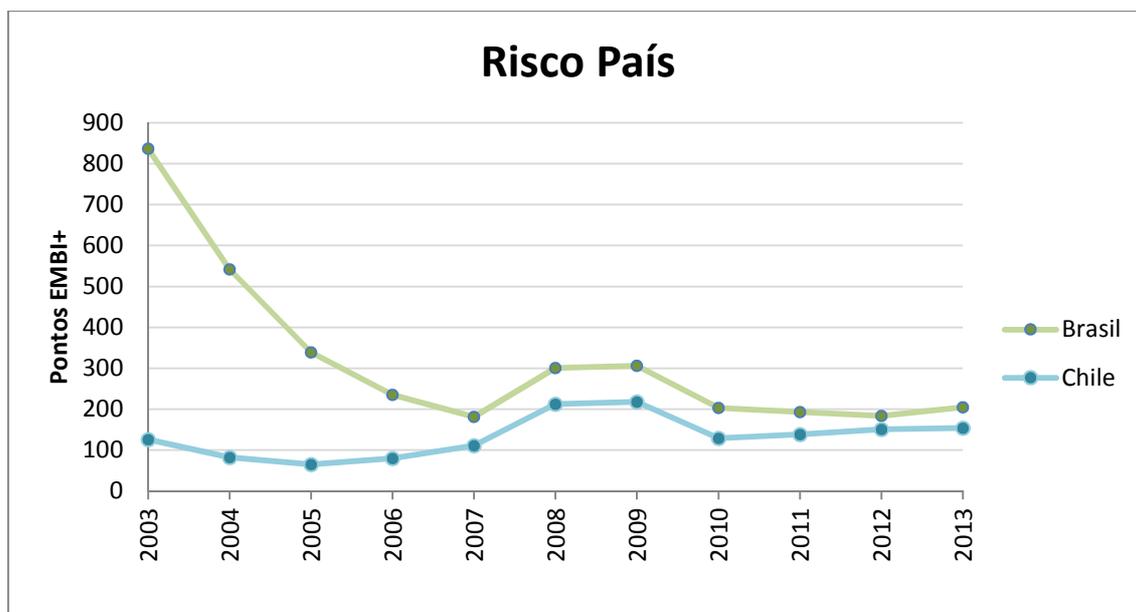


FIGURA 6. SÉRIE HISTÓRICA DE RISCO PAÍS

FONTE: IPEA (2014) e FMI (2014)

Elaboração: O autor

O crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro somente superou o crescimento do PIB chileno nos anos próximos a crise (2007, 2008, 2009 e 2010) (Figura 7). Ambos os países sofreram uma queda significativa no ano de 2009, em decorrência da crise de 2008, a qual teve um impacto muito intenso.

A reação no ano seguinte foi inevitável, neste ano o Brasil apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 1,4% mais elevado que o Chile e a sua maior taxa de crescimento dos últimos 24 anos, influenciada pela forte demanda interna e pelo fraco desempenho econômico do ano anterior, porém não se manteve estável e reduziu bastante em 2011. Neste ano Wawrzeniak (2014) afirma que o crescimento do PIB foi prejudicado pela política contra inflação adotada pelo Banco Central, que elevou as taxas básica de juros e desestimulou o consumo. Em 2012, em meio à turbulência global, a taxa de crescimento do PIB reduziu. Segundo ABRAF (2012) medidas governamentais

de curto prazo, entre elas a queda na taxa de juros, a desoneração tributária, a redução do custo de energia, podem ter evitado um desempenho ainda mais fraco. No ano de 2013 o PIB retoma seu crescimento.

O Chile também apresentou uma recuperação em 2010, apesar do forte terremoto, e uma queda a partir de 2011. Apesar da suave queda do PIB ao longo dos últimos anos o Chile dispõe da economia mais desenvolvida da América Latina e sua taxa de crescimento, uma das mais fortes desde 2010. O país é considerado pelos investidores estrangeiros como um modelo de estabilidade econômica (GONÇALVES, 2008).

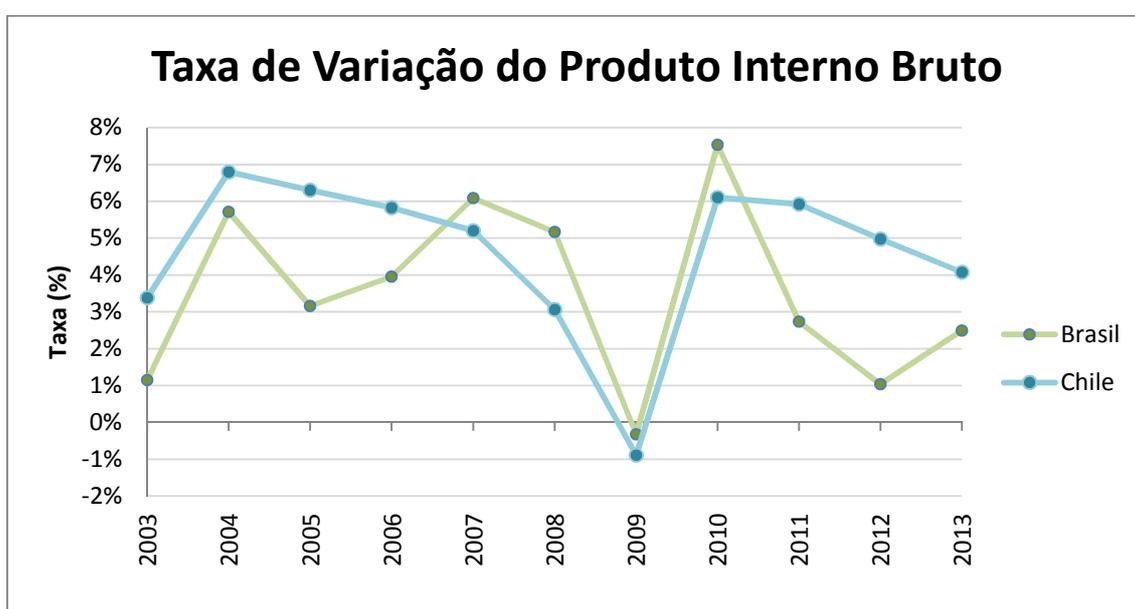


FIGURA 7. SÉRIE HISTÓRICA DE PRODUTO INTERNO BRUTO  
FONTE: IPEA (2014), BCC (2014) e FMI (2014)  
Elaboração: O autor

A taxa básica de juros, ou taxa Selic, do Brasil e do Chile, no ano de 2013 apresentaram-se mais próximas frente a série histórica analisada (Figura 8).

A Taxa Selic é um importante instrumento usado pelo Banco Central para controlar a inflação. Quando está alta, favorece a queda da inflação, pois desestimula o consumo, já que os juros cobrados nos financiamentos, empréstimos e cartões de crédito ficam mais altos (SALVALÁGIO, 2006). Assim pode-se perceber que o aumento da taxa de juros praticado em 2008 no

Chile ligeiramente colaborou para a redução da inflação no ano seguinte, o que também aconteceu no ano de 2003 com o Brasil.

Porém, segundo Roque (2013), uma elevação da taxa Selic não é garantia alguma de que o Banco Central está querendo conter a inflação de preços. Ele exemplifica o fato ocorrido em 2008 no Brasil, onde a elevação da Selic foi uma *consequência* da forte aceleração da expansão de crédito naquele ano, o que gerou uma enorme demanda no mercado interbancário.

Nos dois últimos anos as taxas tanto do Brasil como do Chile tem se mantido praticamente constantes, sem grandes alterações.

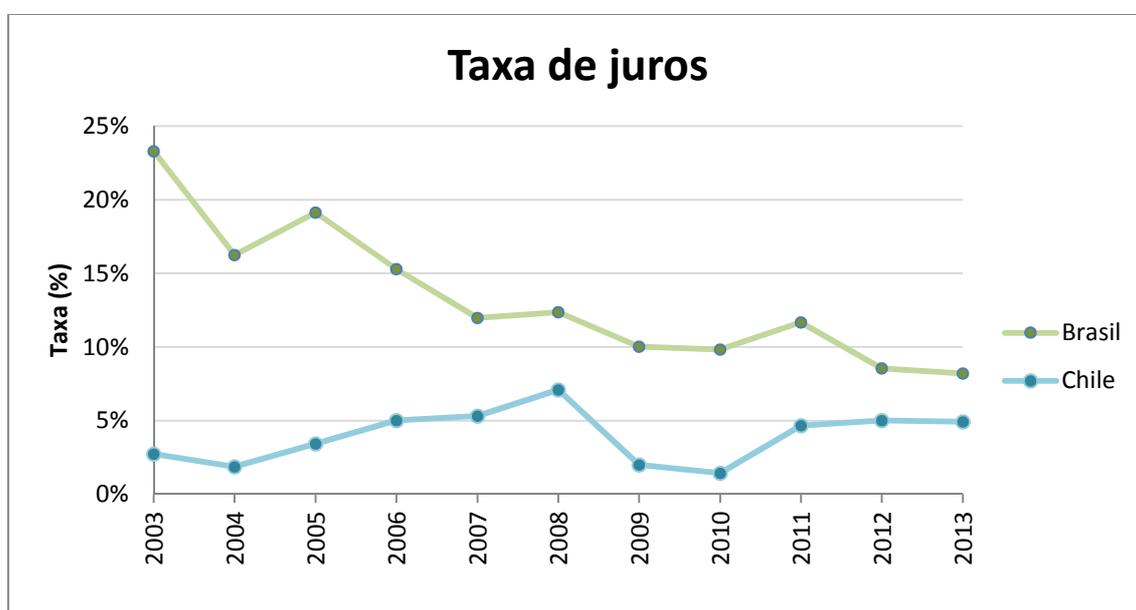


FIGURA 8. SÉRIE HISTÓRICA DE TAXA DE JUROS  
FONTE: BCC (2014) e IPEA (2014)  
Elaboração: O autor

## 5.2 Comparação dos dados florestais

Segundo o INFOR (2013) o Chile possui atualmente 21% do seu território coberto por florestas, destas 15% (2,3 milhões de ha) são plantios florestais, e o restante florestas naturais ou mistas. Em contrapartida o Brasil segundo dados do Serviço Floresta Brasileiro (SFB, 2013) possui 54,4% do seu território com cobertura florestal, do qual 1,6% (7,2 milhões de ha) é composto por florestas plantadas. Dentro deste contexto vale ressaltar que os países

também extraem produtos provenientes das florestas nativas, porém o foco deste trabalho é referente a povoamentos florestais.

Como já mencionado, as espécies mais cultivadas no Chile são *Pinus radiata*, *Eucalyptus globulus* e *Eucalyptus nitens*. No Brasil são mais comuns *Pinus taeda* e diversos clones, espécies e híbridos de *Eucalyptus*, entre elas *Eucalyptus grandis* (Hill ex Maiden). Na tabela 1 foram compilados alguns valores médios de incremento médio anual destas espécies em cada país. Porém, como salienta Baloni e Simões (1980) a produtividade é influenciada não somente pela espécie plantada mas também pelo espaçamento do plantio, práticas silviculturais, clima e qualidade do sítio. O que pode justificar as diferenças entre o Incremento Médio Anual (IMA) da mesma espécie.

TABELA 1 – Média de Incremento Médio Anual (m<sup>3</sup>/ha/ano) por espécie

Espécie	Média de IMA	País
<i>Eucalyptus globulus</i>	25	Chile
<i>Eucalyptus globulus</i>	19	Chile
<i>Eucalyptus nitens</i>	41,2	Chile
<i>Eucalyptus nitens</i>	37,5	Chile
<i>Pinus radiata</i>	20	Chile
<i>Pinus radiata</i>	22	Chile
<i>Pinus taeda</i>	26,36	Brasil
<i>Pinus taeda</i>	38,1	Brasil
<i>Eucalyptus spp.</i>	41,8	Brasil
<i>Eucalyptus spp.</i>	45	Brasil

FONTE: PINILLA (s.d.), SANTELICES (2005), ALVAREZ et al. (1999), BOGNOLA et al. (2008), CARVALHO (1999), RODRIGUEZ et al (1997) e NOBRE (2013).

O anuário ABRAF compara as produtividades classificando-as em folhosas e coníferas e mostra que o incremento médio brasileiro é extremamente superior ao chileno (Tabela 2). Por outro lado Pinilla já aponta IMA mais alto para *Eucalyptus nitens* no Chile, variando de 37,5 a 41,2 m<sup>3</sup>/ha/ano.

TABELA 2 – Incremento Médio Anual (m<sup>3</sup>/ha/ano) ABRAF

	Chile	Brasil
Folhosas	20	40,7
Coníferas	18	40,1

Fonte: ABRAF, 2013

O desenvolvimento de novas tecnologias e pesquisas para a elevação dos índices de produtividade florestal tem sido notório (SFB, 2014) conciliado com as boas condições edafoclimáticas do país tem resultado em altos índices de produtividade de madeiras *soft*.

A figura 9 exemplifica de modo geral os diferentes regimes de manejo adotados no Brasil e no Chile. Estes resultarão em madeiras de qualidades diferentes e conseqüentemente para diferentes fins. A madeira produzida no Chile apresenta uma maior uniformidade na sua composição anatômica e seu crescimento um pouco mais lento proporciona a produção de madeiras para fins mais estruturais. Já no Brasil os altos índices de Incremento Médio e crescimento rápido proporcionam a produção de madeiras para fins de celulose e papel.

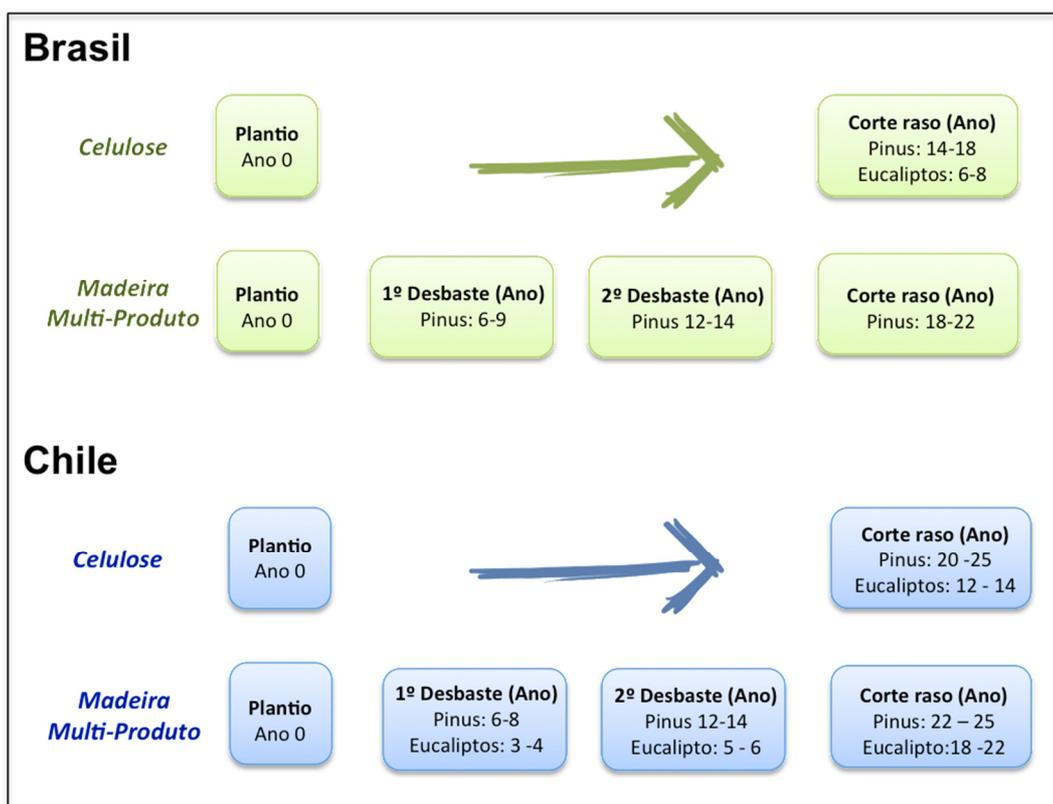


FIGURA 9. DIFERENTES REGIMES DE MANEJO  
 FONTE: Poyry (2014)  
 Elaboração: O autor

A respeito do plantio anual ocorrido entre os dois países nos últimos 9 anos pode-se observar que o plantio florestal brasileiro foi mais expressivo

(Figura 10 e 11), em decorrência da sua maior extensão de área territorial disponível, do desenvolvimento do setor no país e políticas de incentivo, que serão tratadas mais a frente. Percebe-se que está ocorrendo uma substituição de *Pinus* por *Eucalyptus*, no Brasil ao longo dos 4 últimos anos. Já no Chile o *Pinus* continua sendo gênero predominante nos povoamentos, mas a partir de 2010 o *Eucalyptus* vem tomando espaço. As quedas nos investimentos no ano de 2009, em decorrência da crise de 2008 influenciaram diretamente o setor florestal, a área de plantio total neste mesmo ano caiu quase pela metade no Brasil e apresentou o índice mais baixo do Chile ao longo do período.

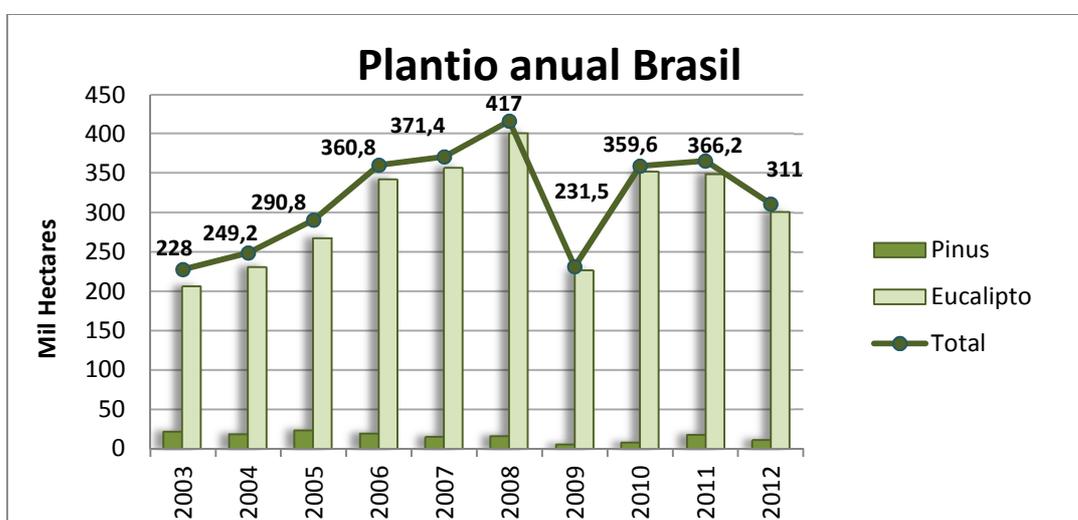


FIGURA 10. ÁREA DE PLANTIO ANUAL DE FLORESTAS - BRASIL

FONTES: ABRAF (2013)

Elaboração: O autor

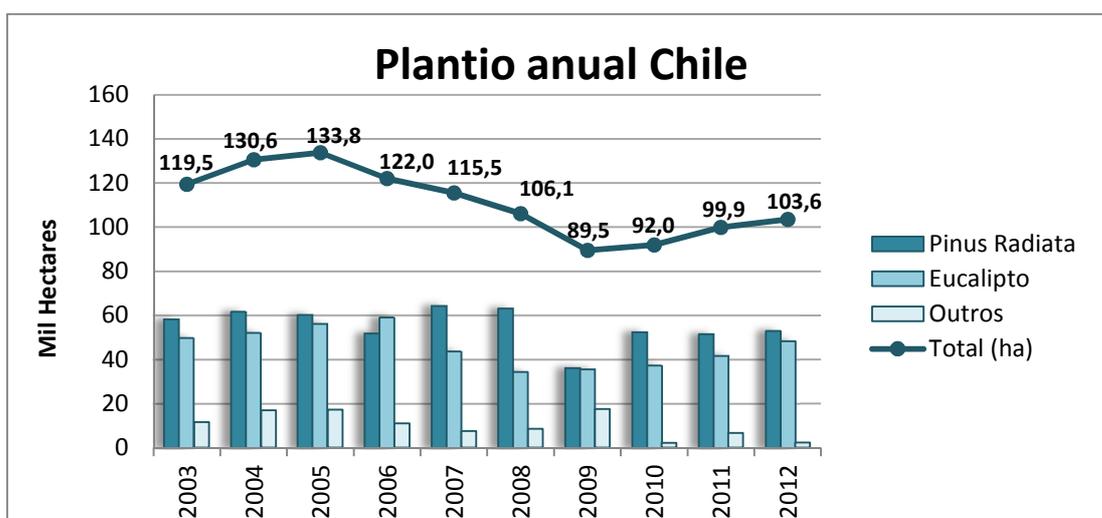


FIGURA 11. ÁREA DE PLANTIO ANUAL DE FLORESTAS - CHILE

FONTES: INFOR (2013)

Elaboração: O autor

Na figura 12 pode-se visualizar o mercado de produção e consumo dos produtos provenientes do setor florestal. Estes foram agrupados nas quatro principais categorias: Celulose, Papel, Painéis e Chapas e Madeira serrada.

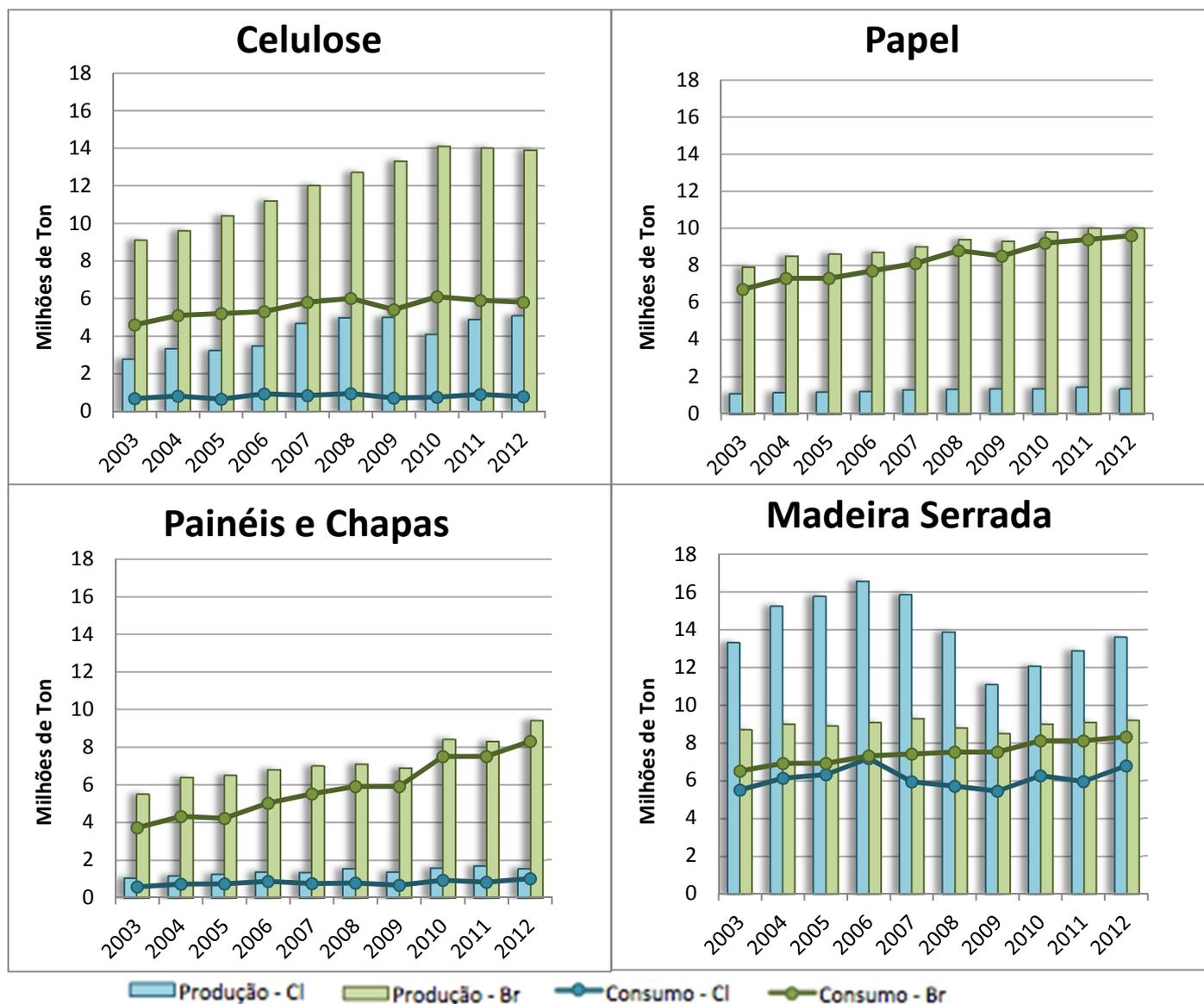


FIGURA 12. PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS FLORESTAIS  
 FONTE: ABRAF (2013) e INFOR (2013)  
 Elaboração: O autor

Analisando historicamente os dados destaca-se: a produção de celulose no Brasil, que fecha no ano de 2012 com 13,9 milhões de toneladas produzidas, e a produção de madeira serrada no Chile com 13,61 milhões de toneladas no ano de 2012. O ano de 2009 ocasionou uma queda na produção

e no consumo de praticamente todos os produtos, exceto o setor de celulose brasileiro, que manteve seu ritmo de crescimento após conquistar a posição de 4º maior produtor mundial de celulose no ano de 2008.

Comparando o consumo de celulose de ambos os países percebe-se que mais da metade do volume produzido é destinado a exportação. O mesmo acontece com a madeira serrada produzida no Chile.

O setor de painéis e chapas teve crescimento expressivo no Brasil devido ao reflexo da expansão do setor de construção civil, segundo o Anuário da ABRAF de 2009 e 2013. O mercado de painéis de madeira industrializada encontra-se em sua plena expansão no Brasil.

A produção do setor papelheiro do Chile é bem menos expressivo que a produção brasileira do setor papelheiro, porém os seus dados de consumo não são disponibilizados.

A indústria de madeira serrada do Chile, que pelo terceiro ano mostra um crescimento na produção doméstica, retoma lentamente o volume pré-crise, embora ainda abaixo do recorde histórico de 2006, quando chegou a produzir 16,7 milhões de toneladas (INFOR, 2013).

Segundo a ABRAF (2013) na última década, o crescimento do consumo de madeira serrada no Brasil foi influenciado principalmente pelo desenvolvimento do mercado interno, estimulado pelo crescimento da indústria da construção civil e do mercado de embalagens, os quais são fortemente impactados pela política governamental expansionista orientada ao crescimento da economia brasileira. O consumo externo, dependente da desvalorização da taxa cambial e da reação da demanda internacional, em especial a norte-americana, ainda permanece em recuperação.

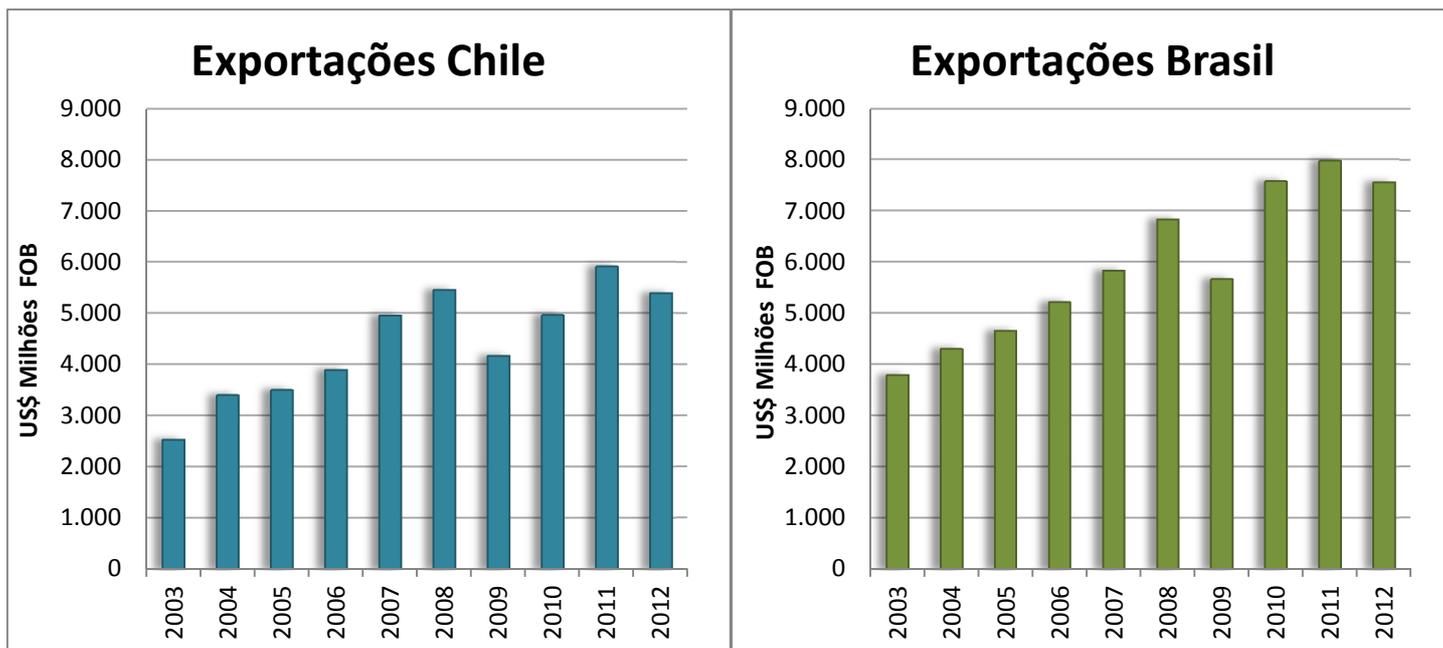


FIGURA 13. EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS  
 FONTE: ABRAF (2013) e INFOR (2013)  
 Elaboração: O autor

Analisando de forma macro os dois países apresentaram o mesmo padrão de resposta quanto as exportações de produtos florestais (Figura 13), justificado por estarem inseridos no mesmo cenário mundial e possuírem localização próxima e produtos que se assemelham. Porém o Brasil possui um índice de conversão maior que o Chile e conseqüentemente uma renda maior derivada do comércio exterior. No ano de 2012 o Chile exportou 5,3 bilhões de dólares, enquanto o Brasil exportou 7,5 bilhões de dólares.

Segundo o INFOR (2013) a queda nas exportações chilenas no ano 2012 foi de 8,8%, que pode ser justificada pela redução de 12,5% no valor da exportação do setor de celulose, que por sua vez teve queda internacional de preço comparado ao ano anterior. Já os índices brasileiros registraram uma queda de 6,2% nas exportações de 2012, justificado pela retração da demanda europeia e norte americana na demanda de celulose, o que refletiu a queda de preço deste produto (ABRAF, 2013).

Os principais países importadores dos produtos florestais brasileiros foram a Argentina, a Alemanha e a China, que lideraram o ranking da importação de papel, compensados e celulose, respectivamente. Já os Estados Unidos lideraram a importação de painéis e madeira serrada (ABRAF, 2013).

De acordo com o INFOR (2013) o continente asiático se destaca como destino principal das exportações florestais chilenas, devido ao acordo de livre comércio firmado em 2005 entre os dois países, que ampliou as fronteiras e as relações de compra e venda entre eles. Cinco países são responsáveis por mais da metade das exportações do Chile, entre eles Holanda, Japão, Estados Unidos, Coréia do Sul e a China, que pelo quinto ano consecutivo foi o maior parceiro comercial do Chile.

Historicamente também foram analisadas políticas de incentivo florestal dos países.

A respeito do capital estrangeiro os países diferem quanto a posse de terras no território. Pessoas físicas que não têm nacionalidade chilena; empresas cujas sedes são baseadas fora do Chile; empresas constituídas no Chile ou não, cujo capital é mais de 40% de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras; ou empresas efetivamente controlada por pessoas físicas estrangeiras, são consideradas investidores estrangeiros e expressamente proibidos de possuir propriedades rurais a menos de 10 Km de qualquer fronteira. Já no Brasil investidores estrangeiros são definidos como pessoas físicas que não possuem a nacionalidade brasileira; ou empresas, constituídos no Brasil ou não, cujo capital é mais de 50% de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, estes podem possuir propriedades rurais de no máximo 50 módulos fiscais (aproximadamente 5.000 ha) e dentro de um limite de 50 Km das fronteiras do país.

Segundo Montoya (2004) a política de incentivo florestal chileno se iniciou em 1930 com a eliminação do imposto territorial sobre as propriedades florestais durante 30 anos.

Em 1974 foi instituído o Decreto de Lei nº 701 de 1974 – Lei de incentivo fiscal florestal, que foi o incentivo mais forte proporcionado ao setor pelo país e logo se transformou em um pilar fundamental do setor. Esta política de incentivo foi muito aplicada de 1974 a 1994 e gerou grandes consequências para o setor, o transformado no segundo maior setor do país.

Ele também afirma que houveram algumas controvérsias a política, alegando que foi orientada para favorecer os grandes proprietários de terra, enquanto o acesso aos incentivos por pequenos produtores foi limitado. A partir daí foram criados projetos de incentivos fiscais voltados aos pequenos

proprietários, entre eles, Projeto Associado de Fomento (PROFO), modelos de securitização, abatimentos fiscais e contrato de madeira florestal. Este decreto foi atualizado pelo Ofício nº 10.642 de 2 de abril de 2013.

O mesmo autor afirma que os programas de incentivo são baseados em dois tipos de instrumentos: financeiros (apontados acima) e institucionais.

Os instrumentos institucionais são: Corporação Nacional Floresta (CONAF), Instituto Florestal (INFOR), Chile fundação, Fundação de Incentivo Agrário (FIA), Serviço de Cooperação Técnica (SERCOTEC) e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (PADEF).

No Brasil a política florestal iniciou-se em 1934 quando foi aprovado o Código Florestal Brasileiro Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, que passou por mudanças em 1965, 1986, 1989, 1998, 2001 e teve sua última aprovação em 2012.

Brepohl (s.d.) afirma que com a aprovação da Lei 5.106/66 que passa a conceder a empreendimentos florestais via dedução nas declarações do rendimento de importância de florestamentos e reflorestamentos a atividade florestal até então estática se torna dinâmica. O autor também aponta o decreto de lei 1.134/70, que permite a dedução dos ativos aplicados a empreendimentos florestais do imposto de renda a pagar.

No Brasil a década de 70 foi marcada pela política de incentivos fiscais para o reflorestamento, que começaram ainda na década de 60. Com esses incentivos foi possível ampliar consideravelmente o estoque de madeira do país (SFB, 2013).

Programas de incentivos com taxas de juros para empréstimo abaixo da taxa de juros de mercado foram algumas das medidas facilitadoras adotadas por bancos federais ou bancos para desenvolvimento regional.

Atualmente alguns exemplos de programas de incentivos são: Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas do BNDES, Programa de Investimento, Custeio e Comercialização Florestal do Banco do Brasil, Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas da Secretaria de Política Agrícola ou Fundos Constitucionais do Ministério da Integração Nacional repassados por bancos regionais.

Os incentivos a pesquisas em tecnologia e melhoramento genético para o setor também são notórios.

As instituições florestais do país são: Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), Instituto Brasileiro de Florestas (IBF), Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outros.

## 6 CONCLUSÕES

Conclui-se para a tomada de decisão do investimento deve-se atentar ao principais pontos levantados a respeito dos países, considerando a finalidade do projeto e a sua sustentabilidade.

Conclusões a respeito do Chile:

- Economia estável e sólida, justificada pelas oscilações mais suaves dos indicadores macro econômicos;
- Planejamento de governo a longo prazo;
- Pequena extensão territorial e escassez de espaço;
- Produtividade florestal menor em relação ao Brasil e produção de madeira para fins estruturais;
- Proibição de posse de terras por investidores estrangeiros;
- Abertura comercial e livre fluxo de investimento internacional;
- Histórico de incentivos no setor florestal;

Conclusões a respeito do Brasil:

- Escândalos de corrupção e oscilações maiores nos indicadores macroeconômicos;
- Política de governo com muitas intervenções na economia;
- Extensa área territorial e disponibilidade de expansão;
- Produtividade bastante elevada das espécies florestais e enfoque de produção para celulose e derivados;
- Posse de terras limitada até 50 módulos fiscais para estrangeiros;
- Crescimento de setores e aumento da demanda interna de madeira;
- Tecnologia de ponta e constantes avanços na silvicultura;
- Políticas de incentivos florestais mais recentes e alto custo Brasil;

O perfil do investidor exerce grande interferência na tomada de decisão, se o mesmo for arrojado o Brasil pode ser uma boa escolha, pois a instabilidade do país apresenta um risco maior, mas como negócios de alto risco uma possibilidade de retorno mais vantajosa. Já o Chile é uma boa escolha para quem tem um perfil menos arrojado e que preza por maior segurança no investimento mesmo que as oportunidades de lucro sejam mais reduzidas.

## **7 RECOMENDAÇÕES**

Como recomendações adicionais para o enriquecimento do trabalho sugerem-se:

- Elaboração de análise de competitividade entre os países
- Análise do histórico de preços dos produtos florestais
- Análise aprofundada da legislação vigente no país

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAF. **Anuário estatístico ABRAF 2013 ano base 2012**. 2013. Brasília. 140 p. Disponível em:

<<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3910>>. Acesso em: 08/08/2014

ABRAF. **Anuário estatístico ABRAF 2010 ano base 2009**. 2010. Brasília. 136 p. Disponível em: < <http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2010-BR.pdf>>. Acesso em: 08/10/2014

ALBERNAZ, T. **Tema: Geopolítica: a importância do Brasil no cenário internacional**. 2013. Disponível em:

<<http://capaciteredacao.forum-livre.com/t7049-tema-geopolitica-a-importancia-do-brasil-no-cenario-internacional>>. Acesso em: 07/09/2014

ALBUQUERQUE, L. **Economia**. 2012. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Economia/259527.html>>. Acesso em: 10/10/2014

ALVAREZ, J. *et al.* **Mejoramiento de la productividad de plantaciones de *Pinus radiata* D. Don, a través de un método racional de fertilización\***.

BOSQUE 20(1). Pg. 23-36. 1999. Disponível em:

<<http://mingaonline.uach.cl/pdf/bosque/v20n1/art03.pdf>>. Acesso em: 22/10/2014

BALIEIRO, F. P. S. **O mundo depois da crise de 2008**. ÉPOCA NEGÓCIOS. 2013. Disponível em:

<<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>>. Acesso em: 30/10/2014

BALONI, E. A.; SIMÕES, J. W. **O espaçamento de plantio e suas implicações silviculturais**. IPEF. Série Técnica. v1. n 3. P. 1-16. Piracicaba. 1980. Disponível em: <

<http://www.ipef.br/publicacoes/stecnica/nr03/cap01.pdf>>. Acesso em: 27/09/2014

BARBOSA, F. H. **ENSAIOS SOBRE INFLAÇÃO E INDEXAÇÃO**. n 43. 1984. Disponível em:

<[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/737/43\\_000029687.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/737/43_000029687.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20/11/2014

BARBOSA, F. H. **POLÍTICA MONETÁRIA: INSTRUMENTOS, OBJETIVOS E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**. 2002. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Polimone.pdf>>. Acesso em: 20/10/2014

BCB. (Banco Central do Brasil). 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20/09/2014.

BCC. (Banco Central do Chile). 2014. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl>>. Acesso em: 22/09/2014.

BOGNOLA, I. A., *et al.* **MODELAGEM UNI E BIVARIADA DA VARIABILIDADE ESPACIAL DE RENDIMENTO DE *Pinus taeda* L.** Floresta. v. 38, n. 2. Pg. 373-385. Curitiba. 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/floresta/article/view/11632/8166>>. Acesso em: 20/10/2014.

BREPOHL, D. **O reflorestamento com incentivos fiscais no Paraná.** Revista Floresta. P. 62 – 66. Curitiba. S.d. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/floresta/article/download/6256/4467>>. Acesso em: 30/11/2014

CAMPOS, F. *et al.* **Caracterização do cenário macroeconômico para os próximos 10 anos (2013-2022).** 2013. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Série%20Estudos%20de%20Energia/20130404\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/Série%20Estudos%20de%20Energia/20130404_1.pdf)>. Acesso em: 10/10/2014

CARMO, H. **G1 explica a inflação.** 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/heron>>. Acesso em: 11/11/2014

CARVALHO, A. P. *et al.* **EFEITOS DE CARACTERÍSTICAS DO SOLO SOBRE A CAPACIDADE PRODUTIVA DE *Pinus taeda*.** Boletim de Pesquisa Florestal, EMBRAPA. n. 39, p.51-66. Colombo. 1999. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPF-2009-09/4973/1/carvalho.pdf>>. Acesso em: 22/10/2014

COIMBRA, C. **Como se calcula o PIB.** XXI Ter opinião. Pg. 202 a 205. 2003. Disponível em: <[http://www.ffms.pt/upload/docs/como-se-calcula-o-pib\\_Fatrq2EG2kK-vBZ2\\_AYjYg.pdf](http://www.ffms.pt/upload/docs/como-se-calcula-o-pib_Fatrq2EG2kK-vBZ2_AYjYg.pdf)>. Acesso em: 07/10/2014.

CORNEJO, J. A. **Efectos de la actividad forestal en la población indígena mapuche.** 2003. Disponível em: <<http://www.olca.cl/oca/chile/plantacion.pdf>>. Acesso em: 23/09/2014

CURRY, A. *et al.* **Produto interno bruto.** 2009. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/pib/produto-interno-bruto-pib.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/pib/produto-interno-bruto-pib.shtml)>. Acesso em: 08/09/2014

FRANCISCO, W. C. **Biomass brasileiros.** 2012. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/geografia/biomass-brasileiros.htm>>. Acesso em: 10/10/2014

FMI (Fundo Monetário Internacional). 2014. Disponível em <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 19/09/2014

FMI (Fundo Monetário Internacional). **Global Recovery Stalls, Downside Risks Intensify. In: World Economic Outlook.** Washington, D.C.: FMI, janeiro de 2012. Disponível em <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 28/09/2014

FMI (Fundo Monetário Internacional). **DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CHILE.** 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/america-do-sul/chile/pdf>>. Acesso em: 10/10/2014

GONÇALVES, R. **A crise internacional e a América Latina. Com referência especial ao caso do Brasil.** 2008. 31 p. UFRJ. Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/a\\_crise\\_financeira\\_internacional\\_america\\_latina\\_e\\_brasil\\_outubro\\_2008.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/a_crise_financeira_internacional_america_latina_e_brasil_outubro_2008.pdf)>. acesso em: 20/11/2014

GONÇALEZ, C. **Os riscos para o cenário econômico de 2014.** 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,os-riscos-para-o-cenario-economico-de-2014-imp-,1117735>>. Acesso em: 19/09/2014

GOMES, O. **Macro economia noções básicas.** 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1186/1/MacroIntroCap.pdf>>. Acesso em: 03/09/2014

KLERING, L. R. **Brasil.** 2014. Disponível em: <[http://www.wcams.com.br/descricao\\_br.htm](http://www.wcams.com.br/descricao_br.htm)>. acesso em: 13/09/2014

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12/10/2014.

IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística). **Território.** 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm)>. Acesso em: 17/09/2014

IGM (Instituto Geográfico Militar). 2007. Disponível em: <<http://www.igm.cl>>. Acesso em: 04/09/2014

INFOR (Instituto Florestal do Chile) . Anuário 2013. 2013. Disponível em: <[http://wef.infor.cl/sector\\_forestal/sectorforestal.php#/12](http://wef.infor.cl/sector_forestal/sectorforestal.php#/12)>. Acesso em: 08/08/2014

MACHADO, E. F. **PIB, TAXA SELIC E SUA INFLUÊNCIA SOBRE OS INVESTIMENTOS EM FORMAÇÃO DE CAPITAL FIXO NA ECONOMIA BRASILEIRA.** 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIseminario/economia/artigo05.pdf>>. Acesso em: 02/09/2014

MACHADO, L. A. F. **Clima y geografia.** 2012. Disponível em: <<http://chile.travel/pt-br/sobre-o-chile/clima-y-geografia/>>. Acesso em: 17/09/2014

Mackintosh, J. **'É difícil encontrar alguém com algo bom a dizer' sobre o Brasil, diz 'FT'**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/e-dificil-encontrar-alguem-com-algo-bom-dizer-sobre-o-brasil-diz-ft.html>>. Acesso em: 18/02/2015.

MARÇAL, E. **G1 explica a inflação**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/emerson>>. Acesso em: 11/11/2014.

MARQUES. A. B. C. *et al.* **Risco País**. 2014. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%209-risco%20pa%C3%ADs.pdf>>. Acesso em: 22/09/2014

MARTINS, J. P. B. **Serviço Florestal Brasileiro**. Sd. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/as-florestas-plantadas>>. Acesso em: 03/09/2014

MAZZI, C. **Taxa de câmbio: Entenda o que é e como ela afeta a economia do país**. 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2013/04/07/taxa-de-cambio-entenda-o-que-e-e-como-ela-afeta-a-economia-do-pais/>> . Acesso em: 05/10/2014

MEIRELES, H. **O cenário econômico mundial está turbulento ou calmo?**. 2013. Disponível em: <<http://www.biinternational.com.br/blog/o-cenario-economico-mundial-esta-turbulento-ou-calmo/>>. Acesso em: 10/10/2014

MILANI, G. **Macroeconomia**. 2000. Disponível em: <[http://videos.verbojuridico2.com/Agente\\_Federal\\_Administracao\\_Gilberto\\_Milani\\_Apostila\\_Nocoas\\_Macroeconomia.pdf](http://videos.verbojuridico2.com/Agente_Federal_Administracao_Gilberto_Milani_Apostila_Nocoas_Macroeconomia.pdf)>. Acesso em: 13/09/2014

MONTOYA, L. R. **Descripción y análisis de la política de incentivos para promover la reforestación en Chile** Kurú: Revista Forestal (Costa Rica) 1(2). 2004. Disponível em: <[http://www.summabansander.cl/gfx/imgs/mapa\\_de\\_chile.gif](http://www.summabansander.cl/gfx/imgs/mapa_de_chile.gif)> . Acesso em: 25/11/2014

MOREIRA, E. N. **Economia e finanças**. 2010. Disponível em: <[http://www.gazetadeitauna.com.br/conceito\\_inflacao.htm](http://www.gazetadeitauna.com.br/conceito_inflacao.htm)>. Acesso em: 22/10/2014

NOBRE, R. S. **Análise Econômica da Cultura de Eucalipto**. VII Simpósio “Técnicas de Plantio e Manejo de Eucalipto Para Usos Múltiplos” Práticas Silviculturais de Implantação e de Manutenção em Florestas de Eucalipto Desnadas a Múltiplos Usos. Piracicaba. 2013. Disponível em: <[http://cmq.esalq.usp.br/~lcer/LCF0586/LCF586\\_Aula2\\_AnaliseEconCultEucalipto.pdf](http://cmq.esalq.usp.br/~lcer/LCF0586/LCF586_Aula2_AnaliseEconCultEucalipto.pdf)>. Acesso em: 20/10/2014

PACHIEVITCH, T. **Economia do Chile**. S.d. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/chile/economia-do-chile/>>. Acesso em: 12/10/2014

PENA, R. A. **Porque ha tantos terremotos no chile**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-terremoto-no-chile.htm>>. Acesso em: 12/09/2014

PETRASSI, P. F. **CENÁRIO 2014**. 2014. Disponível em: <<http://www.lemeinvestimentos.com.br/mercado/cenario-2014/>>. Acesso em: 08/09/2014

PINILLA, S. J. C. **Manejo y rendimiento de plantaciones**. INFOR. Capitulo IV. P. 41 – 58. Chile. S.d. Disponível em: <<http://biblioteca1.infor.cl:81/DataFiles/15438-2.pdf>>. Acesso em: 15/09/2014

PINTO, E. **Mercado de Câmbio**. 2007. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/series-mercados\\_mercado-de-cambio.pdf](http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/series-mercados_mercado-de-cambio.pdf)>. Acesso em: 07/09/2014

POYRY. Documento Interno. 2014.

RODRIGUEZ, L. C. E. **ROTAÇÕES DE EUCALIPTOS MAIS LONGAS: ANÁLISE VOLUMÉTRICA E ECONÔMICA**. SCIENTIA FORESTALIS n. 51, p. 15-28. 1997. Disponível em: <<http://www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr51/cap2.pdf>>. Acesso em: 20/10/2014

ROQUE, L. **Sobre a atual inflação de preços no Brasil e a atual SELIC**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1574>>. Acesso em: 30/11/2014

ROSSI, P. **G1 explica a inflação**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/pedro>>. Acesso em: 11/11/2014.

SÁEZ, S.; VALDÉS, J. G. **Chile y su política comercial “lateral”**. Revista de la CEPAL, No. 67. 1999. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/19236/Saez.pdf>>. Acesso em: 20/10/2014

SALVALÁGIO, A. V. S. **ANÁLISE E EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC META EM RELAÇÃO À TAXA SELIC EFETIVA E SEUS REFLEXOS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA INTERNA**. UFSC. Florianópolis. 103 p. 2006. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia295499>>. Acesso em: 24/11/2014

SANTELICES, R. **Desarrollo de una plantación de *Eucalyptus globulus* establecida en primavera con diferentes tratamientos de riego**. BOSQUE 26(3). Pg.105-112. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/bosque/v26n3/art12.pdf>>. Acesso em: 20/10/2014

SALATIEL, J. R. **Economia: Em marcha lenta, Brasil perde posto de sexta economia mundial** Pedagogia & Comunicação 2012. Disponível em: <<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/economia->

em-marcha-lenta-brasil-perde-posto-de-sexta-economia-mundial.htm>. Acesso em: 13/09/2014

SARDENBERG, C. A. **Risco Lula e Risco FHC**. Disponível em: <<http://www.sardenberg.com.br/index.php/component/k2/item/10414-risco-lula-e-risco-fhc.html>>. Acesso em: 28/11/2014.

SCHWARTSMAN, A. **G1 explica a inflação**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/alexandre>>. Acesso em: 11/11/2014.

SECCHI, L. **Alternativas de combate ao desemprego brasileiro: perspectivas partidárias comparadas**. UFSC. 2002. 112 p. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84305/183531.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28/11/2014

Serviço Florestal Brasileiro (SFB). **Florestas do Brasil em resumo 2013**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 186 p. 2013. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/publicacoes/tecnico-cientifico/florestas-do-brasil-em-resumo-2013>>. Acesso em: 10/11/2014

SILVA, J. C. L. **Resumo Histórico-Econômico do Brasil: A Recuperação Econômica e a Ascensão do Brasil como Potência Regional**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/resumo-historico-economico-brasil-recuperacao-economica-ascensao.htm>>. Acesso em: 22/09/2014

SIMÃO, S. **G1 explica a inflação**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb/simao>>. Acesso em: 11/11/2014.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perception Index Ranking**. Disponível em: <<http://www.transparency.org/search>>. Acesso em: 22/10/2014.

VALENÇA, E. **Monetary Policy Rate (MPR) - taxa do banco central chileno**. 2009. Disponível em: <<http://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/bancos-centrais/banco-central-chile/juros-mpr.aspx>>. Acesso em: 07/10/2014

WAWRZENIAK, D. **Como analisar o cenário econômico brasileiro**. 2014. Disponível em: <<http://blog.bussoladoinvestidor.com.br/cenario-economico-brasileiro/>>. Acesso em: 20/11/2014

YOSHIMOTO, N. **Afinal o que é Risco-país?**. 2014. Disponível em: <[http://www.webfinder.com.br/disclosure/PDF/risco\\_pais-100-3.pdf](http://www.webfinder.com.br/disclosure/PDF/risco_pais-100-3.pdf)>. Acesso em: 17/11/2014